

ACM escapa, por enquanto

Denise Rothenburg
e Rudolfo Lago

Da equipe do **Correio**

Se depender do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) está livre de investigações preliminares por parte de seus colegas para saber se tem ou não tem envolvimento com o caso da escuta ilegal em telefones de políticos e da advogada Adriana Barreto, ex-amante de ACM. Sarney, sem ouvir os demais integrantes da Mesa Diretora do Senado, mandou arquivar o pedido do PT para que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar investigasse se ACM tem ou não relação com os grampos telefônicos. O presidente do Senado considera que cabe à Polícia Federal investigar o episódio. "Estou cumprindo a Constituição e as leis", afirmou ele, ao justificar sua decisão.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), que assinou o requerimento de investigação proposto pelos senadores de seu partido, soube do arquivamento pela reportagem do **Correio**. E tomou um susto. "A atitude colide frontalmente

com tudo o que se fez aqui antes. Se alguém acha que esse tipo de procedimento resolve, está enganado. A história tem ensinado a algumas pessoas que as instituições não lhes pertencem. A ordem jurídica tem que ser igual para todos", disse a senadora, que pretende recorrer da decisão.

TRÊS CASOS

Heloísa citou três episódios em que houve investigação preliminar pelo conselho, antes que se deliberasse sobre punições. A primeira delas foi o caso de violação do painel eletrônico, que envolveu o próprio Antonio Carlos e o ex-senador José Roberto Arruda, em ordens de quebra de sigilo do painel de votações do Senado. A outra situação foi a suspeita de envolvimento do ex-presidente do Senado Jader Barbalho em fraudes da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). E o terceiro foi o do senador Luiz Octavio (PA), que teve um pedido de investigação apresentado por um cidadão comum.

Já o presidente do Conselho de Ética, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), considerou normal a atitude de Sarney.

"Não era um pedido de análise sobre a quebra de decoro. Era uma coisa bem menor: era um pedido de sindicância para que o conselho apurasse se o senador Antonio Carlos Magalhães tinha ou não envolvimento com o grampo. Essa apuração a Polícia Federal já está fazendo. E o Conselho de Ética já está acompanhando essa apuração da polícia de perto. Para que, então, essa sindicância?", indaga Juvêncio. O senador desconfia mesmo que o PT, na verdade, não quer cassar ACM. "Eles não querem. Fizaram esse pedido mais simples só para dar uma satisfação à opinião pública."

Juvêncio tem acompanhado todos os depoimentos dados pelos envolvidos no caso do grampo baiano na Polícia Federal. "Se a conclusão do inquérito apontar a responsabilidade de ACM, não tenho dúvida: é caso de cassação de mandato", afirma. No caso, o Conselho de Ética não pode agir por sua conta. Tem de ser provocado por algum partido político. "É esse pedido formal que o PT tem de fazer se quiser ver o senador cassado. Não esse pedido sem sentido de sindicância", concluiu Juvêncio.